



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA
ANALISTA FAZENDÁRIO DE INFRAESTRUTURA –
ENGENHARIA ELÉTRICA
CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

NOME DO CANDIDATO: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____
Assinatura _____

PROVA TIPO

1

ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE CADERNO DE QUESTÕES, VERIFIQUE, IMEDIATAMENTE, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU CARTÃO RESPOSTA. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO CARTÃO RESPOSTA COM O CONSTANTE NO CADERNO DE QUESTÕES É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 100 (cem) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

Boa Prova!

CONHECIMENTOS GERAIS

D1 – PORTUGUÊS

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.

Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças

Benefícios sociais e contribuições baseadas no piso salarial acompanham reajuste.

Da CNN Brasil 01/01/26 às 15:32 | Atualizado 01/01/26 às 19:41

O novo salário mínimo para 2026, no valor de R\$ 1.621, passa a vigorar nesta quinta-feira (1º). O valor representa um reajuste de R\$ 103 ou 6,79%, em relação aos R\$ 1.518 de 2025.

Com isso, os trabalhadores passam a receber o novo salário a partir do pagamento de fevereiro. O valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04, com o mínimo da hora trabalhada em R\$ 7,37.

[...]

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/novo-salario-minimo-de-r-1-621-entra-em-vigor-hoje-entenda-mudancas/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

01 Sobre as palavras que compõem a construção “salário mínimo”, no que se refere à acentuação gráfica, é correto afirmar que recebem acento

- (A) circunflexo, ambas seguindo a mesma regra de acentuação gráfica.
- (B) grave, seguindo diferentes regras de acentuação gráfica.
- (C) grave, ambas acentuadas pelo fato de serem oxítonas terminadas em “o”.
- (D) agudo, a primeira acentuada por ser oxítona terminada em “o” e a segunda por ter “i” tônico em hiato.
- (E) agudo, a primeira acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo oral e a segunda por ser proparoxítona.

02 A partir das informações apresentadas no trecho da notícia acerca do novo salário mínimo, é correto afirmar que

- (A) o salário mínimo em 2025 foi cento e três reais mais baixo do que o novo salário mínimo de 2026.
- (B) o reajuste no salário mínimo impactará decisivamente na vida dos trabalhadores brasileiros, permitindo uma distribuição de renda justa e equânime.
- (C) o valor referente ao reajuste no salário mínimo não será recebido pelos trabalhadores brasileiros em janeiro, pois só entrará em vigor em fevereiro de 2026.
- (D) com a adição de R\$ 54,04 no salário mínimo de 2026, haverá um reajuste de 6,79%, em relação ao valor do salário mínimo em 2025.
- (E) o brasileiro precisará trabalhar 28 dias por mês para receber o total de R\$ 1.621, já que, em 2026, o valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04.

03 Em “Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças”, o uso de ponto e vírgula justifica-se por

- (A) separar um termo de valor explicativo, representando uma pequena pausa em uma frase declarativa.
- (B) delimitar orações coordenadas relacionadas, mas que poderiam ocorrer em separado.
- (C) sinalizar o final de uma frase declarativa.
- (D) introduzir uma citação ou uma fala reportada na frase, conferindo-lhe um tom conativo ou apelativo.
- (E) indicar uma interrupção, omissão ou hesitação no fluxo informacional da frase.

04 Observa-se um caso de pronome oblíquo átono corretamente empregado em

- (A) Não siga-me, pois desejo ficar só.
- (B) Minha mãe doará-me seus dois cachorros.
- (C) Darei-lhe uma boa lição, se ele não pedir desculpas.
- (D) Me diga se preferir que eu saia, pois não quero ser inconveniente.
- (E) Sempre me pergunto se realmente fizemos a coisa certa.

- 05 A alternativa em que o verbo ocorre na voz reflexiva é
- (A) Perdeu-se a chave do local.
 - (B) Precisa-se de sangue do tipo A+ com urgência.
 - (C) Arrumou-se e foi visitar o melhor amigo.
 - (D) Cogitou-se reformar o escritório.
 - (E) Arruinaram-se nossas expectativas de viajar esse mês.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/como-o-dinheiro-publico-e-investido-mapa-mental/269406352>.

Acesso em: 03 de janeiro de 2026.

- 06 No trecho “Determina que os governantes tenham responsabilidade de não gastar mais do que arrecada em impostos”, observa-se
- (A) uma construção corretamente redigida, sem problemas de concordância, regência ou ortografia.
 - (B) um problema relativo à concordância verbal, em que um dos verbos da construção está erroneamente no singular.
 - (C) uma construção corretamente redigida, mas que inclui um caso de regência verbal em que é facultado o uso de preposição.
 - (D) um problema ligado à colocação de pronome do caso reto no primeiro verbo da construção.
 - (E) um emprego inadequado de pontuação, tendo em vista que as três orações que compõem a construção estão incorretamente pontuadas.
- 07 No trecho “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, observa-se a presença de
- (A) um pronome demonstrativo e um pronome adjetivo, respectivamente.
 - (B) um pronome possessivo e um pronome indefinido, respectivamente.
 - (C) dois pronomes indefinidos.
 - (D) dois pronomes relativos.
 - (E) um pronome substantivo e um pronome relativo, respectivamente.

08 Sobre o fragmento “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, analisem-se as afirmativas abaixo:

- I. Há omissão de uma preposição necessária à regência do verbo “precisar”.
- II. Há um problema de concordância nominal no referido fragmento.
- III. É necessário acrescentar vírgula após o adjunto adverbial observado na frase.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

09 A alternativa em que consta a sentença em que há apenas palavras corretamente grafadas é

- (A) Estamos corretos em reinvidicar esse reajuste, no apice de grandes transformações econômicas.
- (B) Ser bem-vindo aqui não é exceção: é a regra de nosso estabelecimento.
- (C) A ascensão de um líder inadequado pode colapsar todo um trabalho já realizado.
- (D) A alíquota do novo imposto para o micro-empendedor dependerá do subcídio dado.
- (E) A paralização foi recebida com chingamentos de pessoas mal-intencionadas.

10 Na frase “Referi-me àquela pessoa de modo respeitoso”, o emprego de crase justifica-se pelo fato de

- (A) o verbo ser transitivo direto, exigindo, portanto, uma preposição, que se funde a um substantivo feminino.
- (B) o verbo ser intransitivo, em que há fusão de uma preposição feminina a um artigo feminino singular.
- (C) a palavra “àquela” ser proparoxítone e, como tal, precisa receber acento gráfico.
- (D) ocorrer em pronome demonstrativo feminino, em que há fusão de uma preposição exigida pelo verbo.
- (E) ocorrer na palavra “àquela”, que está no feminino e que se une à conjunção feminina singular “a”.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-dinheiro-do-futuro/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

11 Sobre a charge “DINHEIRO DO FUTURO”, é correto afirmar que

- (A) mostra uma cena cotidiana, uma conversa entre pai e filho, em que se observa uma mensagem formal, objetiva e direta, sendo o humor um elemento acessório à compreensão do texto.
- (B) o objetivo do texto é alertar a população, por meio de campanha publicitária humorística, para a baixa circulação de dinheiro físico no mercado financeiro brasileiro, uma vez que temos usado cada vez mais cartões virtuais e pix.
- (C) o texto busca criticar, de maneira leve e dotada de humor, o comportamento de alguns pais, por não se organizarem financeiramente e não educarem seus filhos, em se tratando do uso racional do dinheiro.
- (D) o texto busca gerar um efeito humorístico, a partir da reação inesperada do personagem pai, em resposta à fala do personagem filho.
- (E) o produtor do texto direciona o público leitor a fazer uma reflexão acerca de famílias que não têm acesso à tecnologia e, por isso, ficam à margem da sociedade, por não terem acesso a bancos virtuais, sofrendo com a baixa circulação de dinheiro físico.

12 Em “Pai, sabia que no futuro não haverá dinheiro físico?”, sobre os dois verbos da construção, é correto afirmar que

- (A) o primeiro concorda com o substantivo “pai” e o segundo concorda com o substantivo “futuro”.
- (B) ambos concordam com o sujeito “dinheiro físico”.
- (C) o primeiro concorda com o sujeito elíptico “você” e o segundo é impessoal.
- (D) ambos concordam com o sujeito “pai”.
- (E) o primeiro concorda com o sujeito “pai” e o segundo concorda com o sujeito “dinheiro físico”.

13 Sobre o trecho “[...] aqui em casa o futuro já chegou”, é correto afirmar que

- (A) o sujeito “futuro” está na primeira pessoa do singular, concordando com o verbo “chegou”.
- (B) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com “em”, enquanto que o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com “o”.
- (C) tanto o sujeito “casa” quanto o verbo “chegou” estão na segunda pessoa do singular.
- (D) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com o verbo “chegou”, que está na segunda pessoa do singular.
- (E) o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com o artigo “o”, enquanto que o verbo “chegou” está na terceira pessoa do singular, concordando com o sujeito “futuro”.

14 Na frase “Eu preferiria peixe frito no almoço. Seria possível trocar o pedido?”, o verbo sublinhado encontra-se no

- (A) presente do modo subjuntivo.
- (B) futuro do presente do modo subjuntivo.
- (C) pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.
- (D) futuro do pretérito do modo indicativo.
- (E) imperativo afirmativo.

15 A alternativa em que consta frase com correto emprego de regência nominal é

- (A) Aquele seu outro uniforme é preferível do que esse.
- (B) Sempre tive certeza que ele não mediria esforços para estar presente.
- (C) Fiquei indiferente aos inúmeros telefonemas daquela pessoa indesejada.
- (D) Minha irmã mais nova tem horror de cobras e sapos.
- (E) A cerimônia de outorga de grau do meu amigo foi paralelo o aniversário do meu tio.

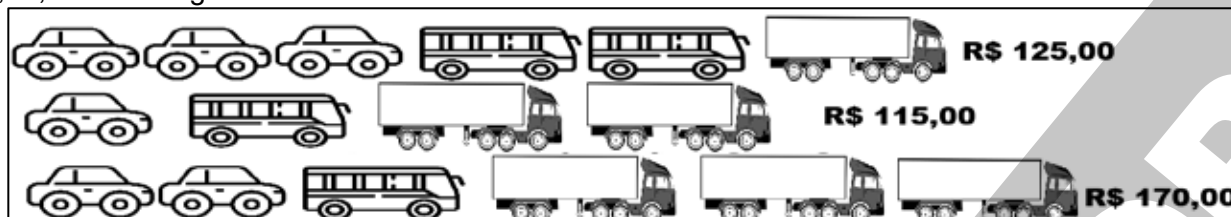
D2 – MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

16 Em um centro de reprodução de documentos, havia 4 (quatro) máquinas idênticas que reproduziam 40.000 cópias em 5 horas. Houve a troca dos equipamentos para 3 (três) máquinas idênticas, com velocidade 50% superior em relação à dos equipamentos anteriores. Conservando as demais condições de impressão e as proporcionalidades entre as grandezas envolvidas, o tempo necessário para reproduzir 90.000 cópias com as novas máquinas será de

- (A) 6 horas.
- (B) 7 horas.
- (C) 8 horas.
- (D) 9 horas.
- (E) 10 horas.

RASCUNHO

17 Em uma estação de pedágio, em três momentos distintos, passaram automóveis de passeio (fim da fila), ônibus (interior da fila) e caminhões (frente da fila), pagando, respectivamente, R\$125,00, R\$115,00 e R\$170,00, como na figura abaixo:



Pode-se afirmar que o valor do pedágio pago por um

- (A) ônibus é o dobro do valor pago por um automóvel de passeio.
- (B) ônibus é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (C) caminhão é o dobro do valor pago por um ônibus.
- (D) caminhão é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (E) caminhão corresponde ao valor pago por um automóvel de passeio e por mais um ônibus.

18 Em uma seleção, as vagas das posições 5^a, 21^a, 41^a, 61^a, 81^a, ... e assim sucessivamente, de 20 em 20, foram ocupadas por pessoas com deficiência (PcD), enquanto as vagas das posições 3^a, 8^a, 13^a, 18^a, 23^a, 28^a, ... e assim por diante, foram ocupadas por pessoas pretas ou pardas (PPP), não havendo PcD ou PPP ocupando outras vagas distintas das estabelecidas para as suas respectivas cotas. Ao sortear-se aleatoriamente uma posição entre as 300 vagas ocupadas na seleção, a probabilidade de ela não ter sido preenchida por PcD nem por PPP é igual a

- (A) 80%.
- (B) 75%.
- (C) 70%.
- (D) 65%.
- (E) 60%.

19 Em 1937, o matemático alemão Lothar Collatz propôs uma conjectura que, resumidamente, nos diz: quando um número natural n , pertencente ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots\}$, é sucessivamente dividido por 2 (se n for par) ou triplicado e somado com 1 (se n for ímpar), a sequência numérica invariavelmente terminará em 4, 2, 1. Sejam C_k os conjuntos com as sequências obtidas pela aplicação da conjectura de Collatz, a partir dos números k pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$. Por exemplo, o conjunto C_5 será $\{5, 16, 8, 4, 2, 1\}$.

A partir dessas premissas, considere as seguintes afirmativas:

- I. O conjunto C_3 tem 8 elementos;
- II. O conjunto C_{12} tem o dobro da quantidade de elementos do conjunto C_6 ;
- III. Para quaisquer x e y pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$, com $x > y$, o conjunto C_x terá mais elementos do que o conjunto C_y .

Pode-se afirmar que

- (A) somente a afirmativa I é verdadeira.
- (B) todas as afirmativas são falsas.
- (C) somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (D) todas as afirmativas são verdadeiras.
- (E) somente a afirmativa II é falsa.

RASCUNHO

20 Alda, Beatriz e Carla são servidoras públicas estaduais. Elas são lotadas na SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda), na SEDUC (Secretaria de Estado de Educação) ou na SEPLAD (Secretaria de Estado de Planejamento e Administração), nasceram em Altamira, Itaituba ou Marabá e possuem 5, 10 ou 15 anos de serviço público, não necessariamente nessas ordens.

- Alda nasceu em Altamira, não trabalha na SEFA e não tem 15 anos de serviço público;
- A que trabalha na SEFA é a que tem somente 5 anos de serviço público, mas não nasceu em Marabá;
- Beatriz, que não nasceu em Itaituba, não trabalha na SEDUC.

Pode-se afirmar que

- (A) Beatriz não trabalha na SEPLAD.
- (B) Carla trabalha na SEDUC.
- (C) Alda não é a que tem somente 10 anos de serviço público.
- (D) a que nasceu em Marabá tem 15 anos de serviço público.
- (E) a que nasceu em Itaituba não é a que tem apenas 5 anos de serviço público.

D3 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA

21 Originado no contexto do Estado Liberal, o modelo burocrático de administração pública surgiu em resposta às pressões sociais pela ampliação e racionalização dos serviços públicos, para atender às demandas de grandes corporações industriais e reestruturar o Estado rumo a um projeto de desenvolvimento. Fundamentando-se no tipo ideal de burocracia formulado por Max Weber (1864-1920), considere os itens abaixo.

- I. Profissionalização, carreira, hierarquia, impessoalidade, formalismo e racionalidade da gestão.
- II. Controle administrativo exercido *a priori*, como forma de combater a corrupção e o nepotismo.
- III. Legitimidade dos governos baseados na tradição, fundamentada na dominação racional-legal.
- IV. Organização caracterizada pela previsibilidade e pela especialização funcional.

Os itens que representam o ideal weberiano são:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

22 A necessidade de modernização do aparato estatal, combinada com a crescente demanda da sociedade por melhores serviços públicos, levou à organização da Administração Pública brasileira em Administração Direta e Indireta. Considerando as reformas administrativas que ocorreram ao longo da história do Brasil, a reforma que estabeleceu formalmente a distinção entre Administração Direta e Indireta é chamada, por convenção, como Reforma de:

- (A) 1889.
- (B) 1930.
- (C) 1967.
- (D) 1995.
- (E) 2002.

23 Conforme Matias Pereira (2010), o modelo de administração pública que entende a sociedade como uma agregação de escolhas pessoais e o estado como organizador de uma arena competitiva e fiscalizador de serviços públicos, orientado para a busca pela eficiência e pela ênfase na qualidade percebida pelos usuários dos serviços públicos, fundamenta a concepção de administração pública baseada no(a):

- (A) Patrimonialismo.
- (B) Burocracia.
- (C) Gerencialismo.
- (D) Coletivismo.
- (E) Individualismo.

24 Entendida como a obrigação de prestar contas, *accountability* expressa a capacidade da Administração Pública de responsabilizar e punir seus integrantes que, pelos processos, decisões ou comportamentos, se revelem em desacordo com os padrões esperados de *compliance*. Considerando a contemporaneidade da temática, um aspecto central da *accountability* é a capacidade de fazer cumprir as regras, normas e decisões que representam as melhores práticas de gestão. Considere as seguintes afirmativas abaixo, a respeito de tipos e características das formas de *accountability*:

- I. *Accountability* Horizontal, caracterizada como ação entre iguais, por meio da fiscalização mútua entre os três poderes, baseada no sistema de pesos e contrapesos, é realizada pelos órgãos governamentais legalmente constituídos.
- II. *Accountability* Vertical, caracterizada como ação entre desiguais, por meio do controle político, baseado no sistema eleitoral, ocorre por meio de plebiscito, referendo ou voto e é realizada pelos cidadãos.
- III. *Accountability* Societal, caracterizada como ação entre desiguais, por meio da fiscalização de entidades da sociedade civil organizada, baseada no sistema legal vigente, é realizada por conselhos, audiências públicas e outros mecanismos formais que integram o sistema estatal de controle.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III.
- (E) III apenas.

25 Conforme o Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que institui o Código de Ética Profissional e cria o Conselho de Ética no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, é proibido ao servidor:

- I. Permitir atividade mercantil na repartição, dela participar ou dela transigir.
- II. Recusar fé a documentos públicos.
- III. Informar às demais instituições fazendárias ou não a ocorrência de infração à legislação vigente, especialmente contra a economia popular, no âmbito de suas respectivas especialidades e atribuições.
- IV. Fomentar intriga ou discórdia entre os colegas ou entre estes e a Administração Fazendária.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

D4 – DIREITO ADMINISTRATIVO

26 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Princípios jurídicos de direito administrativo são conceitos lógico-jurídicos, revestidos de caráter genérico, universal e abstrato, internacionalmente válidos para regular a relação entre a Administração e o Cidadão.
- II. A impessoalidade administrativa é princípio cujo teor normativo se dirige tanto à figura do agente público que representa a Administração – de modo que os atos praticados são imputados não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual o funcionário age – como à figura do administrado – que não pode sofrer qualquer espécie de discriminação ou privilégio, senão nos limites da lei.
- III. O princípio da legalidade aplicado no direito administrativo sugere que a administração só pode realizar atos ou tomar medidas que a lei expressamente ordena, não se podendo falar em adoção de critérios de conveniência e oportunidade, ou de discricionariedade administrativa, no direito administrativo moderno.
- IV. O princípio de publicidade implica a prerrogativa do cidadão de receber dos órgãos e entes públicos as informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvados aqueles casos de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

27 Considere as seguintes afirmativas:

- I. A competência para o exercício do poder de polícia é atribuída à pessoa federativa (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) a quem o ordenamento constitucional atribuiu competência para legislar e/ou atuar sobre determinada matéria, de maneira exclusiva, privativa, comum e/ou concorrente.
- II. O exercício do poder de polícia administrativa não prescinde dos atributos da autoexecutoriedade e da exigibilidade dos atos administrativos respectivos, dispensando a via judicial para cobrança de obrigações pecuniárias eventualmente impostas administrativamente, inclusive.
- III. O chamado “poder disciplinar” é subespécie do poder de polícia, em que a Administração Pública atua para responsabilizar cidadãos por atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas prerrogativas.
- IV. O poder normativo da Administração Pública implica a edição de normas jurídicas gerais e abstratas e, em regra, não autoriza a promulgação dos chamados “regulamentos autônomos”.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

28 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Os requisitos de validade do ato administrativo são: (a) agente competente; (b) objeto lícito, moral e possível; (c) motivo lícito, moral e real; (d) respeito às formalidades legalmente exigidas; e (e) finalidade que atenda ao interesse público.
- II. A autotutela administrativa implica que ao Estado é facultado o reconhecimento da nulidade de seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, respeitados os direitos adquiridos.
- III. A teoria do ato administrativo também se sujeita à teoria geral do fato jurídico, a qual divide os planos do fato jurídico em plano de existência, plano de validade e plano de eficácia.
- IV. Ato administrativo complexo se diferencia do ato administrativo composto, pois neste há a manifestação de mais de uma vontade administrativa autônoma, ao passo que, no primeiro, tem-se a prática de dois atos causal e teleologicamente vinculados, em que um é mera condição de eficácia e/ou validade do outro.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

29 Considere o seguinte caso concreto:

Luis é servidor público estadual, regido pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Após o fim de seu estágio probatório, foi instaurado processo administrativo disciplinar contra Luis, tendo-lhe sido imputada a prática de ato tipificado como improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiros públicos e lesão aos cofres públicos. Após o indiciamento e ante a instauração do procedimento administrativo disciplinar pela autoridade competente, Luis pediu exoneração do cargo que ocupava, o que lhe foi autorizado pela Administração Pública.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a exoneração a pedido é regular e admitida pelo Regime Jurídico Único paraense em casos semelhantes, admitindo-se ainda a conversão da exoneração a pedido em demissão.
- (B) com a exoneração a pedido, o processo administrativo disciplinar deve ser logicamente extinto e eventuais valores devidos por Luis à Administração Pública somente podem ser cobrados judicialmente.
- (C) a exoneração a pedido é, todavia, vedada em casos semelhantes pelo Regime Jurídico Único paraense, salvo se comprovada a sua inocência ao final do processo.
- (D) o processo administrativo disciplinar deve ser conduzido até o final, independentemente da exoneração a pedido, uma vez que o acusado possui direito subjetivo de provar a sua inocência.
- (E) o processo administrativo disciplinar deve ser suspenso pelo prazo de 180 dias, aguardando-se os resultados de eventuais processos judiciais em curso nos âmbitos civil e criminal, de modo a evitar decisões contraditórias.

30 Considere o seguinte caso concreto:

Yasmin, servidora pública da Secretaria de Estado da Fazenda, foi acusada de praticar o crime previsto no art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (“patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público”), tendo supostamente influenciado em favor de grande contribuinte, no curso de procedimento administrativo tributário que teria sido extinto indevidamente, ocasionando prejuízos substanciais ao erário.

No processo criminal, Yasmin foi condenada em primeira instância à pena de reclusão de 1 ano e 7 meses, mais 40 dias-multa. Após interposição do recurso cabível, a condenação foi revertida no Tribunal de Justiça, uma vez que não se comprovou o dolo de Yasmin.

No âmbito administrativo disciplinar, após a condenação criminal em primeira instância, foi instaurado procedimento administrativo para apuração da conduta atribuída à servidora, o qual não chegou ao final até o presente momento.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a absolvição na esfera criminal é indevida, uma vez que o tipo penal admite o crime culposos.
- (B) a absolvição na esfera criminal somente influi na esfera administrativa quando a autoridade judicante ou a autoridade policial decide no sentido da inexistência do fato ou negativa de autoria.
- (C) a absolvição na esfera criminal pela ausência de dolo não tem como consequência a extinção do processo administrativo disciplinar quando for possível aplicar pena disciplinar por fatos culposos em sentido estrito.
- (D) as esferas criminal, civil e administrativa são independentes entre si, exceto quando a lei formal expressamente determinar de modo diverso.
- (E) a absolvição na esfera criminal diante da ausência de dolo corresponde a decisão que reconhece inexistência do fato ou negativa de autoria, pelo que o dogma da independência entre esferas de responsabilização deve ceder, com a extinção do procedimento administrativo disciplinar pendente de conclusão.

D5 – NOÇÕES DE TI

31 Um técnico foi chamado para solucionar um problema em uma estação de trabalho. Ao executar o comando *ipconfig* no Prompt de Comando do *Windows*, o técnico obtém como resposta um endereço IPv4 válido (10.0.0.45), uma máscara de sub-rede correta (255.255.255.0) e o campo gateway padrão em branco. Considerando essas informações e que a rede utiliza o protocolo DHCP para distribuição de endereços, é correto afirmar que

- (A) a placa de rede está desativada.
- (B) a estação de trabalho não consegue se comunicar com a Internet.
- (C) o servidor DNS está fora do ar.
- (D) o cabo de rede está desconectado.
- (E) o comando *ipconfig* não tem permissão do administrador para exibir o gateway.

32 Em relação à computação em nuvem, considere as afirmativas a seguir.

I. No modelo SaaS, o provedor é responsável por manter a infraestrutura de nuvem.

II. A plataforma PaaS oferece um ambiente para desenvolvimento, gerenciamento e execução de aplicações.

III. A prática IaC permite que os recursos de infraestrutura sejam definidos e gerenciados por meio de código, ao invés de configurações manuais.

É verdadeiro o que é afirmado em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

33 Considere o fragmento de planilha abaixo, elaborado no programa Microsoft Excel 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows.

	A	B	C
1	Ivan	Paulo	
2	Felipe	Felipe	
3	Mauro	Pedro	
4	Pedro	Rubens	

Se a fórmula =PROCV(A4;B:B;1;FALSO) for inserida na célula C1, o resultado a ser apresentado nessa célula será

- (A) Paulo
- (B) Felipe
- (C) Pedro
- (D) Rubens
- (E) #N/D

34 Com referência a conceitos de segurança da informação, é correto afirmar que o software *Microsoft Defender*

- (A) é um programa de segurança nativo do sistema operacional *Windows 11*, que oferece proteção contra *spywares*, mas não contra *malwares*.
- (B) não possui recursos de *firewall* embutidos.
- (C) é uma ferramenta de segurança que possui recursos para proteger contra ameaças externas, como *malwares*, e controlar o tráfego de rede.
- (D) é um aplicativo web, portanto, não nativo do sistema operacional *Windows 11*, que permite criptografar todo o disco rígido ou unidades de armazenamento específicas.
- (E) é uma suíte de segurança que protege contra várias ameaças cibernéticas, incluindo as do tipo *ransomware*, cujo objetivo é esgotar os recursos de um servidor ou rede para torná-los indisponíveis aos usuários.

35 Sobre conceitos acerca de programas de navegação, é correto afirmar que

- (A) o Google Chrome, no seu modo de navegação anônima, não salva os arquivos de *download* criados pelo usuário.
- (B) o Mozilla Firefox é baseado no Chromium, um projeto de navegador de código aberto focado em ser rápido, seguro e estável.
- (C) o motor de renderização do Google Chrome é o Gecko, um projeto de código aberto do Google que interpreta HTML, CSS e JavaScript, para exibir páginas web.
- (D) se o usuário clicar com o botão do meio do *mouse* (geralmente, o botão de rolagem) sobre uma aba no Mozilla Firefox, essa aba será fechada.
- (E) o Google Chrome e o Mozilla Firefox não são compatíveis com serviços de VPN (Rede Privada Virtual).

D6 – DIREITO CONSTITUCIONAL

36 Em relação à Administração Pública brasileira, a recente Emenda Constitucional nº 138/2025 alterou o art. 37 da Constituição Federal, previu relevante mudança no regime da acumulação remunerada de cargos por servidor público e estabeleceu que

- (A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- (B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até dois cargos ou empregos técnicos.
- (C) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até três cargos na área da saúde.
- (D) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, é facultada a acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- (E) haverá a possibilidade de acumulação remunerada de até dois cargos públicos, desde que vinculados a entes federativos distintos, com compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional.

37 Considerando as competências constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que:

- I. O direito tributário é disciplina regida como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que leis complementares fixarão normas para cooperação entre esses entes, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- II. O direito tributário é disciplina regida como competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que, nesse caso, a competência da União será estabelecer normas gerais sobre o tema, não excluindo a competência suplementar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- III. No âmbito da competência concorrente, aos Estados é permitido legislar sobre a parte geral de direito tributário, se a União não exercer essa competência.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

38 Sobre o problema dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, considera-se o seguinte:

- (A) os tratados internacionais de direitos humanos firmados e incorporados pelo Brasil, anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004, possuem hierarquia de norma supralegal.
- (B) podem ter hierarquia supralegal, basicamente em uma hipótese, ou ainda o mesmo nível de emenda à Constituição, basicamente em duas hipóteses.
- (C) o § 3º do art. 5º da Constituição Federal impede que tratados internacionais de direitos humanos aprovados com menos de 3/5 de deputados e senadores, em turno e retorno, tenham eficácia jurídica, dada a ampliação desmesurada do bloco de constitucionalidade.
- (D) caso um tratado internacional seja firmado pelo Presidente da República e pelo presidente ou líder do outro País, é possível extrair-lhe efeitos jurídicos a partir desse ato, haja vista a previsão do § 1º do art. 5º da Constituição Federal.
- (E) embora haja a previsão explícita, na Constituição Federal, do procedimento para incorporação de tratados internacionais de direitos humanos, ainda não houve aprovação de tratado dessa natureza com nível de emenda à Constituição, o que dependerá de atos políticos complexos, envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo do Brasil e do(s) Estado(s) estrangeiro(s).

39 Em relação ao princípio da proporcionalidade no estudo dos direitos fundamentais, concebe-se, como seu aspecto relevante:

- (A) a concepção de que este princípio tem sua aplicação indicada para as relações que envolvam direitos fundamentais de defesa de particular perante o Estado e, portanto, não deve ser utilizado para casos de litígios entre particulares, relação na qual não ocorre a imperatividade estatal.
- (B) que o subprincípio da necessidade se configura atendido em um caso concreto quando uma norma jurídica assegura um direito fundamental, independentemente de considerar outro direito fundamental, este menos importante.
- (C) que as expressões “adequação”, “necessidade” e “proporcionalidade em sentido estrito” indicam subprincípios utilizados na aplicação do princípio.
- (D) o dever de ser trabalhado pelo(a) intérprete em situações de alegado excesso por parte do Estado contra os direitos do cidadão; porém, nos casos de proteção insuficiente, é inviável a aplicação do princípio, pois não há possibilidade de exercer adequadamente o juízo de ponderação.
- (E) a possibilidade de o princípio resolver problemas de colisão entre direitos fundamentais, por meio da decisão de validade de um direito e da não validade do outro.

40 Em relação à intervenção federal, de acordo com a Constituição, pode-se afirmar que:

(A) Para garantir o livre exercício do Poder Legislativo dos Estados, o Presidente da República poderá decretar a intervenção de maneira espontânea.

(B) Quanto ao procedimento, a intervenção federal decretada a partir de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, por julgar violados princípios constitucionais por parte de autoridade do Estado, terá validade se for aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional e decretada pelo Presidente da República.

(C) A intervenção por requisição não é vinculante para o Presidente da República.

(D) É admitido à União intervir em municípios, desde que sejam capitais de estados, sempre que houver violação de direitos fundamentais.

(E) As intervenções federais espontâneas, decretadas por decisão do Presidente da República, sofrem controle político, podendo, portanto, ser rejeitadas pelo poder de controle.

D7 – DIREITO TRIBUTÁRIO GERAL

41 A eficácia das leis tributárias que estabelecem ou aumentam tributos, com base nos princípios constitucionais da anterioridade comum e nonagesimal, prevê o seguinte:

(A) O Imposto de Renda, embora constitucionalmente dispensado de observar a regra da noventena, é sujeito à anterioridade de exercício, no que diz respeito à revogação de uma isenção não onerosa, conforme tese adotada no julgamento do Tema 1.383 do Supremo Tribunal Federal, que superou sua antiga Súmula 615.

(B) A ampliação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), à medida que se relaciona a um elemento quantitativo essencial da regra matriz de incidência tributária, implica a observância cumulativa da anterioridade comum e da nonagesimal, a menos que a alteração corresponda apenas a uma atualização monetária por índice oficial, conforme a Súmula 160 do Superior Tribunal de Justiça.

(C) As contribuições para a seguridade social permitem que a lei ou medida provisória que as estabelece tenha eficácia dentro do mesmo exercício financeiro, independentemente da data de publicação, de acordo com o entendimento da Súmula 669 do STF, por se submeterem à anterioridade mitigada.

(D) A norma legal que promove a redução do prazo para o pagamento da obrigação tributária principal está sujeita à regra da noventena, pois é o fenômeno da "surpresa tributária", que, neste caso, mitiga a aplicação da Súmula Vinculante 50, em respeito ao princípio da segurança jurídica.

(E) Devido à sua natureza marcadamente extrafiscal e função regulatória, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é exceção constitucional a ambas as modalidades de anterioridade, permitindo que o ato do Poder Executivo que eleva suas alíquotas tenha efeito pleno e imediato após a publicação.

42 À luz do Código Tributário Nacional (CTN) e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, no caso de um negócio jurídico sujeito a condição suspensiva, o fato gerador da obrigação tributária ocorre

(A) no momento da celebração do negócio jurídico, desde que os elementos materiais da hipótese de incidência estejam presentes, sendo irrelevante, para fins tributários, a eficácia civil do ato, conforme a interpretação objetiva do fato gerador consagrada no art. 118 do CTN.

(B) com o implemento da condição, momento em que a situação jurídica se torna definitivamente constituída, de acordo com o que dispõem os artigos 116, inciso II, e 117, inciso I, do CTN.

(C) quando o auto de infração é lavrado pela autoridade administrativa, pois, a identificação de dolo, fraude ou simulação abre a possibilidade de ignorar a condição suspensiva, com base na jurisprudência do STF sobre a repressão de práticas evasivas e elusivas abusivas.

(D) quando os efeitos econômicos do negócio jurídico são verificados no mundo fático, mesmo que a condição suspensiva não seja implementada, de acordo com a Súmula do STJ, dispondo que a materialidade econômica do fato prevalece sobre a forma jurídica adotada pelas partes.

(E) na data em que o contrato é registrado no cartório competente, visto que o registro é condição de validade intrínseca do negócio jurídico tributável, operando efeitos retroativos à data da assinatura do instrumento particular para fins de contagem da prescrição.

43 Acerca da competência tributária, considerando o modelo federativo adotado pela Constituição da República, as disposições do Código Tributário Nacional e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, estabelece-se que

(A) a competência tributária é a parcela de poder político-jurídico para a instituição de tributos e a delimitação de seus contornos impositivos, conferida a determinado ente político, nos termos da lei complementar específica, sendo permitida a sua delegação a pessoas jurídicas de direito público somente para fins de fiscalização e arrecadação.

(B) a prestação de ações e serviços de saúde por empresas de economia mista corresponde a uma atuação própria do poder estatal, razão pela qual a imunidade tributária prevista na alínea “a” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal se aplica a tais entidades, independentemente da existência de acionistas privados com fins lucrativos, uma vez que a essencialidade do serviço público supera a natureza jurídica da entidade.

(C) a União é competente para cobrar impostos municipais em Territórios Federais, desde que estes não sejam divididos em Municípios, sendo também responsável pela instituição dos impostos de competência estadual nesses territórios.

(D) a imunidade tributária é uma limitação constitucional ao poder de tributar e funciona como uma causa de exclusão da competência tributária atribuída ao ente federativo, desde que esteja prevista na lei complementar que institui o tributo.

(E) o não exercício da competência tributária pelo ente federativo, em relação aos tributos discriminados na Constituição Federal, permite a atuação supletiva da União, quando necessário, para o cumprimento dos requisitos essenciais de responsabilidade na gestão fiscal e na arrecadação efetiva de tributos.

44 Considere as seguintes assertivas:

I. A imunidade recíproca não alcança o pagamento do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação por parte de entidades públicas, quando são oneradas por efeito da repercussão tributária.

II. A União publica, em 20.09.2025, Medida Provisória que aumenta a alíquota de IPI sobre eletrodomésticos, a qual é convertida em lei em 20.01.2026. À luz do princípio da anterioridade anual aplicável a este imposto, o referido aumento somente poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte.

III. A reserva de lei complementar para a instituição de impostos pela União restringe-se aos impostos residuais previstos no art. 154, inciso I, da Constituição Federal, não se aplicando a outros impostos expressamente discriminados no texto constitucional.

IV. Encartes de propaganda distribuídos com jornais e periódicos não estão abrangidos pela imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea “d”, da Constituição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e IV, apenas.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

45 Considere as seguintes assertivas:

I. O contribuinte pode escolher o seu domicílio tributário nos termos da lei. Porém, o domicílio pode ser estabelecido de ofício pela autoridade administrativa, quando o escolhido pelo contribuinte torna difícil a fiscalização, aplicando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 127 do Código Tributário Nacional.

II. A sujeição passiva indireta, na forma de responsabilidade tributária, requer previsão legal específica e não deve ser confundida com a figura do contribuinte; pode alcançar um terceiro que não tenha relação direta com a materialidade do fato gerador, desde que haja vínculo jurídico definido em lei.

III. O aumento da alíquota do tributo por ato do Poder Executivo, em casos excepcionalmente previstos na Constituição, pode ter efeitos imediatos, mesmo em relação a fatos geradores já ocorridos no mesmo exercício financeiro, desde que seja respeitado o limite legal previamente estabelecido.

IV. O lançamento regularmente notificado constitui o crédito tributário e torna o tributo exigível, permitindo a revisão de ofício apenas nos casos específicos do Art. 149 do Código Tributário Nacional, sendo proibida a modificação retroativa dos critérios legais adotados, mesmo dentro do prazo de prescrição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) I, II, III e IV.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

D8 – CONTABILIDADE GERAL

46 A Cia Abaetetuba S.A elaborou suas demonstrações contábeis em conformidade com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), adotando integralmente os conceitos definidos no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. A gestão da Cia Abaetetuba S.A, ao realizar a análise de determinados eventos e posições patrimoniais, teve dúvidas quanto à correta classificação de alguns itens entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, especialmente em razão da existência de incertezas, das condições contratuais e da distinção entre forma jurídica e essência econômica. Para esclarecer essas dúvidas, a gestão deverá levar em consideração que

(A) recursos recebidos pela Cia Abaetetuba S.A, ainda que sujeitos à obrigação presente de devolução, caso determinadas condições não sejam cumpridas, devem ser reconhecidos como Patrimônio Líquido por não configurarem exigibilidade certa.

(B) a incerteza quanto ao valor ou ao prazo de liquidação impede o reconhecimento de um passivo da Cia Abaetetuba S.A, devendo tais obrigações ser classificadas, enquanto persistir a incerteza, como Patrimônio Líquido.

(C) um recurso controlado pela Cia Abaetetuba S.A deve ser reconhecido como Ativo sempre que houver expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, ainda que inexista direito presente decorrente de evento passado.

(D) um item integra o Patrimônio Líquido quando representa direito residual sobre os ativos da Cia Abaetetuba S.A, após a dedução de todos os seus passivos, independentemente da forma jurídica do instrumento que lhe deu origem.

(E) uma obrigação somente pode ser classificada como Passivo quando houver exigibilidade legal imediata e mensurável, sendo insuficiente a existência de obrigação presente decorrente de práticas usuais da Cia Abaetetuba S.A.

47 A Cia Salva Terra S.A, do setor industrial, adquiriu, em 02/01/2024, um equipamento complexo composto por diferentes partes relevantes, com padrões distintos de consumo de benefícios econômicos. O equipamento foi reconhecido inicialmente como Ativo Imobilizado, pelo seu custo total. Em 02/01/2025, uma das partes relevantes do equipamento foi substituída integralmente, sendo essa parte responsável por parcela significativa do custo originalmente reconhecido. A substituição aumentou a eficiência operacional do equipamento, mas não alterou sua capacidade produtiva total.

Considerando as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, quanto ao tratamento contábil aplicável à substituição ocorrida em 02/01/2025, o contador da Cia Salva Terra S.A deverá observar que

(A) o custo da parte substituída deve ser integralmente reconhecido como despesa no resultado do exercício, enquanto o custo da nova parte deve ser capitalizado apenas se houver aumento da capacidade produtiva do equipamento.

(B) o custo da nova parte deve ser capitalizado como Ativo Imobilizado, e o valor contábil da parte substituída deve ser baixado do Ativo, ainda que esse valor não esteja individualmente identificado na contabilidade.

(C) o custo da substituição deve ser capitalizado como manutenção corretiva, permanecendo o valor contábil da parte substituída registrado no Ativo até o fim da vida útil do equipamento.

(D) o custo da nova parte deve ser reconhecido como despesa do período, pois não houve aumento da vida útil econômica nem da capacidade produtiva total do equipamento.

(E) o custo da nova parte somente poderá ser capitalizado caso a entidade adote o modelo de reavaliação, para mensuração subsequente do Ativo Imobilizado.

RASCUNHO

48 A Comercial Portel Ltda, durante o mês de junho de 2025, incorreu nos seguintes fatos que afetaram seu caixa e equivalente de caixa:

1. Aquisição, à vista, de móveis destinados ao uso em sua loja.
2. Recebimento de valores provenientes de clientes, relativos às vendas de mercadorias.
3. Integralização de capital em dinheiro, realizada pelos proprietários da entidade.
4. Concessão, à vista, de empréstimo a outra entidade, com vencimento superior a doze meses.
5. Pagamento de principal de empréstimo bancário anteriormente contratado.

Considerando as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa –, a Comercial Portel Ltda deveria classificar, respectivamente, esses fatos em:

- (A) investimento, operacional, financiamento, investimento e financiamento.
- (B) investimento, operacional, financiamento, financiamento e operacional.
- (C) operacional, investimento, financiamento, investimento e financiamento.
- (D) financiamento, operacional, investimento, investimento e financiamento.
- (E) investimento, investimento, financiamento, operacional e financiamento.

49 A Cia Marituba S.A, em 31/12/2024, realiza o teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa (UGC) composta por ativos industriais. No processo do teste de recuperabilidade, foram apurados os seguintes valores para a respectiva UGC:

- Valor justo líquido de despesa de venda: R\$ 4.800.000,00
- Valor em uso: R\$ 5.200.000,00
- Valor contábil da UGC: R\$ 5.500.000,00
- Valor histórico da UGC: R\$ 7.800.000,00

Com base no conceito de valor recuperável definido no CPC 01 (R1), é correto afirmar que o valor recuperável dessa unidade geradora de caixa (UGC) é

- (A) R\$ 3.000.000,00.
- (B) R\$ 4.800.000,00.
- (C) R\$ 5.200.000,00.
- (D) R\$ 5.500.000,00.
- (E) R\$ 2.300.000,00.

50 A Cia Brasil Novo S.A comercializa equipamentos eletrônicos com garantia legal de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação. Com base em dados históricos e expectativas atualizadas, a administração estimou, para o exercício social de 2025, os seguintes cenários relacionados aos produtos vendidos:

- 70% dos equipamentos não apresentarão defeitos;
- 20% apresentarão defeitos leves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 900.000,00, caso ocorressem em todos os produtos;
- 10% apresentarão defeitos graves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 3.000.000,00, caso ocorressem em todos os produtos.

Considerando as orientações do CPC 25, especialmente no que se refere à mensuração de provisões quando envolvem grande população de itens, a Cia Brasil Novo S.A. deve reconhecer, em 31/12/2025, uma provisão para garantias no valor de

- (A) R\$ 900.000,00, por representar o custo mais provável de ocorrer, conforme a experiência passada.
- (B) R\$ 480.000,00, obtido pela probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.
- (C) R\$ 3.000.000,00, por refletir o pior cenário possível de saída de recursos.
- (D) R\$ 1.950.000,00, correspondente à média aritmética simples entre os cenários de defeitos leves e graves.
- (E) R\$ 0,00, pois nenhum valor deve ser reconhecido, devido à ocorrência de defeitos futuros caracterizar um passivo contingente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA FAZENDÁRIO DE
INFRAESTRUTURA - ENGENHARIA ELÉTRICA**

51 De acordo com a Resolução Normativa da ANEEL de nº 1.000, de dezembro de 2021, “A unidade consumidora do Grupo ‘A’ pode ser faturada como Grupo ‘B’ (B optante) se atender a critérios específicos”, desde que

(A) a potência instalada em projetores utilizados na iluminação dos locais seja inferior a dois terços da carga total instalada na unidade consumidora.

(B) a potência instalada seja superior a 500 kVA.

(C) o consumo de energia elétrica ativa mensal seja igual ou superior a 30 MWh em, no mínimo, três ciclos completos e consecutivos, nos seis meses anteriores à opção.

(D) o contrato de fornecimento seja fixado para uma demanda igual a 180 Kw.

(E) a atividade desenvolvida na unidade consumidora seja a exploração de serviços de hotelaria ou pousada e estiver localizada em área de veraneio ou turismo, independentemente da potência nominal total dos transformadores.

52 Um motor assíncrono trifásico de 10 HP, ligado em estrela, 380 Volts (tensão de linha), 50 Hz, 4 polos, está funcionando a plena carga em condições nominais de tensão e frequência, com escorregamento de 3%. A frequência da tensão induzida no enrolamento do rotor, em Hz, para essa condição de operação, é igual a

(A) 1,5.

(B) 1,8.

(C) 2,5.

(D) 45.

(E) 60.

53 Um sistema de energia elétrica de corrente alternada é constituído por um gerador síncrono trifásico de rotor cilíndrico conectado a um barramento de tensão constante, através de cinco linhas trifásicas paralelas, cada linha tendo uma reatância de 0,5 pu (valor por unidade). A reatância síncrona do gerador é de 0,875 pu. A tensão no barramento é mantida constante e é igual a 1,0 pu e a tensão de excitação do gerador é 1,6 pu. A potência máxima transmitida, em pu, quando uma das linhas é desligada e a excitação do gerador é mantida constante, é igual a

(A) 0,80.

(B) 1,40.

(C) 1,60.

(D) 1,80.

(E) 2,00.

54 O valor da tensão de linha entre as fases B e C, em um sistema elétrico trifásico de tensões senoidais, simétricas no tempo e de sequência positiva, é igual a

Adote a fase A como referência do sistema e considere ainda que a tensão da fase A seja dada por $V_{AN} = 220 \angle 0^\circ$.

(A) $380 \angle 30^\circ$

(B) $380 \angle -90^\circ$

(C) $380 \angle 150^\circ$

(D) $220 \angle -150^\circ$

(E) $220 \angle -90^\circ$

55 Um galpão retangular, com 10 metros de largura e 40 metros de comprimento, deve ser iluminado de modo que sua iluminância média seja de 500 lux. Foi escolhida uma luminária industrial com 4 lâmpadas. Para esse ambiente, foi especificado o fator de utilização de 80% e o fator de depreciação de 80%. Considere que cada lâmpada especificada emite um fluxo luminoso de 2.500 lúmens. O número mínimo de luminárias, para atender às especificações deste projeto, é igual a

(A) 22.

(B) 32.

(C) 40.

(D) 45.

(E) 52.

56 Um transformador monofásico de 75 kVA - 13,8 kV/220 V e 60 Hz, foi submetido aos ensaios a vazio e de curto-circuito para a determinação dos seus parâmetros elétrico e a representação do seu circuito equivalente. Por conveniência técnica, é correto afirmar o seguinte, sobre a realização dos procedimentos desses ensaios:

- (A) Ensaio a vazio. O transformador é alimentado com tensão nominal pela baixa tensão e, pelo lado de alta, em circuito aberto; são realizadas as medições de tensão, corrente e potência ativa no lado energizado.
- (B) Ensaio a vazio. O transformador é alimentado com tensão reduzida pelo lado de alta tensão; são realizadas as medições de corrente e potência aparente, assim como as perdas no cobre, no lado de baixa tensão.
- (C) Ensaio de curto-circuito. O transformador é alimentado com tensão nominal pela baixa tensão e são realizadas as medições de corrente e potência ativa e reativa.
- (D) Ensaio de curto-circuito. O transformador é alimentado com tensão nominal pela alta tensão e são realizadas as medições de tensão, corrente e potência ativa.
- (E) Ensaio de circuito-circuito é o ideal para determinar a perdas no ferro e a relação de espiras entre o primário e o secundário dos transformadores.

57 De acordo a NBR 5410, a bitola do condutor neutro em um circuito trifásico com neutro pode ser inferior à dos condutores de fase. “Quando as três condições seguintes forem simultaneamente atendidas:

- 1ª) o circuito for presumivelmente equilibrado, em serviço normal;
- 2ª) a corrente das fases não contiver uma taxa de terceira harmônica e múltiplos superior a 15%;
- 3ª) o condutor neutro for protegido contra sobrecorrentes”.

Portanto, para um sistema trifásico que atenda às condições estabelecidas por norma, e considerando que a bitola do condutor fase seja de 300 mm², a bitola do condutor neutro, em mm², será igual a

- (A) 70.
- (B) 95.
- (C) 120.
- (D) 150.
- (E) 185.

58 Inicialmente, um circuito RLC série constituído por resistor, indutor e capacitor é energizado por uma fonte de tensão alternada eficaz de 127 Volts e frequência de 60 Hz, obtendo os seguintes dados: R=12 ohms, X_L = 20 ohms e X_C = 4 ohms. Considerando essas informações, os valores aproximados das correntes de carga em regime permanente (em amperes, AC e DC), quando o circuito é alimentado por uma fonte de tensão alternada eficaz de 127 Volts e 60 Hz, e posteriormente por uma fonte de tensão contínua de 127 Volts, são, respectivamente, iguais a

- (A) 1,58 e 5,19.
- (B) 5,36 e 8,66.
- (C) 2,00 e 10,58.
- (D) 3,90 e 5,80.
- (E) 6,35 e 0,00.

59 “O esquema de aterramento que possui um ponto da alimentação diretamente aterrado, estando as massas da instalação ligadas a eletrodo(s) de aterramento eletricamente distinto(s) do eletrodo de aterramento da alimentação” (NBR 5410). Esse esquema de aterramento é denominado de

- (A) TN-C.
- (B) TN-C-S.
- (C) TN-S.
- (D) TT.
- (E) IT.

60 Considerando uma carga térmica de 5.000 Watts em 220 V, ligada por um ramal de 50 metros de comprimento, a partir de uma rede de distribuição pública de baixa tensão; considerando ainda que a resistividade do cobre é igual a 0,0178 ohms x mm² / m e que a queda de tensão é de 4% para circuito terminal, a seção comercial de um condutor de cobre, em mm², pelo critério de queda de tensão admissível é de:

- (A) 1,5.
- (B) 2,5.
- (C) 4.
- (D) 6.
- (E) 10.

61 A funcionalidade do acoplamento DC (Corrente Contínua) nos osciloscópios tem como objetivo permitir

- (A) bloquear a componente de corrente contínua de um sinal elétrico completo.
- (B) a instalação de um capacitor em série com o circuito de entrada do osciloscópio para bloquear o sinal de corrente DC.
- (C) a instalação de um indutor e resistor em série com o circuito de entrada do osciloscópio para bloquear o sinal de corrente DC.
- (D) a supressão de ruídos de alta frequência para garantir a confiabilidade das medições realizadas.
- (E) a visualização do sinal elétrico completo, incluindo tanto a componente de corrente contínua como a de corrente alternada.

62 De acordo como a NBR 14039, em uma subestação com capacidade instalada maior que 300 kVA, a proteção geral em média tensão deve ser realizada exclusivamente por meio de um disjuntor acionado através de relés secundários. Neste caso, a proteção de sobrecorrente é implementada através de relés com as funções

- (A) 27 e 49.
- (B) 47 e 49.
- (C) 50 e 51.
- (D) 27 e 59.
- (E) 49 e 79.

63 O transformador trifásico de um sistema de distribuição de energia elétrica é ligado diretamente aos terminais do gerador trifásico de uma usina hidrelétrica. Os dados de placa do transformador mostram os seguintes parâmetros: potência trifásica de 1.000 kVA, 13,8 kV / 220 V – 127 V e $X_t = 0,12$ pu. Os dados de placa do gerador são de 1.500 kVA, 13,8 kV e $X_g = 0,25$ pu. O valor da reatância, em pu (valor por unidade), do transformador, considerando como base do sistema elétrico os dados nominais do gerador, é igual a

- (A) 0,18.
- (B) 0,36.
- (C) 0,50.
- (D) 0,08.
- (E) 0,80.

64 Uma bobina de 300 espiras e 30 centímetros de comprimento é excitada por uma corrente de 1 amper. A intensidade do campo magnético produzido por esta bobina, dada em A/m, com base no Sistema Internacional de Unidades – SI, é igual a

- (A) 1.000.
- (B) 2.000.
- (C) 3.000.
- (D) 4.000.
- (E) 5.000.

65 Um circuito elétrico monofásico é energizado por uma fonte de tensão alternada de $V_{\text{fonte}} = 220[\text{sen}(wt)]$ Volts, e a corrente na carga é de $I_{\text{carga}} = 8[\text{sen}(wt - 2\pi/12)]$ amperes, onde t é o tempo em segundos. O valor do fator de potência dessa instalação é, aproximadamente, igual a

- (A) 0,500.
- (B) 0,642.
- (C) 0,707.
- (D) 0,866.
- (E) 0,999.

66 Uma carga de um circuito elétrico classificada como carga de impedância constante, por exemplo, aquecedor de água elétrico, tem as seguintes especificações nominais: potência de 4.400 watts e tensão de 440 volts. Se esta carga for alimentada por uma fonte de tensão de 220 volts, pode-se afirmar que a potência elétrica absoluta por essa carga, em watts, será igual a

- (A) 1.100.
- (B) 2.200.
- (C) 2.350.
- (D) 3.400.
- (E) 4.400.

67 Uma determinada concessionária de energia elétrica específica, em uma de suas tabelas normativas, os valores de escolha de elos fusíveis para transformadores de subestações trifásicos, conectados em média tensão. Considerando, como critério de seleção do elo fusível desta instalação, que a sobrecarga dessa instalação seja de até 28% da corrente nominal, o valor desse elo fusível, tipo K, para a proteção primária de uma subestação de 225 kVA em 13,8 kV, que atenda a esse critério, é igual a

- (A) 6.
- (B) 10.
- (C) 12.
- (D) 25.
- (E) 40.

68 De acordo com a ANEEL, “As distorções harmônicas são fenômenos associados a deformações nas formas de onda das tensões e correntes em relação à onda senoidal da frequência fundamental”. Essas distorções harmônicas nos sistemas elétricos podem trazer sérios problemas para os equipamentos elétricos sensíveis a essas perturbações. Desta forma, para garantir a qualidade do produto, a ANEEL determina, através do PRODIST, que o limite das distorções harmônicas totais da tensão fundamental (DTT95%) para Tensão Nominal igual ou inferior a 1 kV será, em %, igual a

- (A) 5.
- (B) 6.
- (C) 8.
- (D) 10.
- (E) 12.

69 A respeito das características e propriedades dos materiais isolantes, é correto afirmar o seguinte:

- (A) Têm baixa resistência elétrica e possuem, geralmente, de 1 a 2 elétrons na camada de valência.
- (B) São materiais que possuem, geralmente, de 5 a 8 elétrons na camada de valência.
- (C) Têm alta condutividade e baixa resistência elétrica.
- (D) São materiais que possuem, geralmente, 4 elétrons na camada de valência.
- (E) Necessitam de pouca energia para que um elétron passe para a banda de condução.

70 Para garantir maior segurança, seletividade e confiabilidade nas instalações elétricas, é recomendável a instalação de dispositivo diferencial residual (DR) para cada circuito terminal. Seguindo essa normatização, um projetista especificou a proteção para um determinado circuito de tomadas de uso geral, na área da cozinha, com um disjuntor termomagnético monopolar de 10 A e um dispositivo IDR, para a proteção contra choques elétricos. A corrente de sensibilidade padrão exigida deste IDR será de

- (A) 10 mA.
- (B) 20 mA.
- (C) 30 mA.
- (D) 40 mA.
- (E) 50 mA.

71 No dimensionamento da potência de iluminação e de tomadas de uso geral, em uma instalação elétrica residencial em baixa tensão, pode-se usar o critério do metro quadrado e do perímetro de cada ambiente. Considerando uma sala de estar com área de 12,95 m² e perímetro de 14,5 m, os valores mínimos da potência de iluminação e de tomadas de uso geral, para este cômodo, serão, respectivamente, em VA, iguais a

- (A) 100 e 200.
- (B) 100 e 240.
- (C) 140 e 300.
- (D) 160 e 300.
- (E) 160 e 400.

72 Considere os dados abaixo:

1. Carga de Motores - Três Motores trifásicos de 50 CV – 380V, Fator de Potência=0,85 e rendimento de 0,9;
 2. Carga de Iluminação - Três projetores, cada um, com potência de 40 kW – 220 V e Fator de Potência=1,0
- Com esses dados, a corrente aproximada de um circuito trifásico equilibrado, em amperes, com neutro, que alimenta um quadro de carga constituído de motores de indução trifásico e carga de iluminação, é igual a
- (A) 102,4.
(B) 181,8.
(C) 196,5.
(D) 363,6.
(E) 401,3.

73 A corrente de sequência positiva (I_{a1}) de um circuito elétrico trifásico a três fios, usando o método das componentes simétricas, onde as correntes de linha do sistema são iguais a $I_a = 6 \angle 0^\circ$, $I_b = \sqrt{3} \angle -150^\circ$ e $I_c = \sqrt{3} \angle 150^\circ$, é de

- (A) $1 \angle 0^\circ$
(B) $2 \angle 0^\circ$
(C) $3 \angle 0^\circ$
(D) $4 \angle 0^\circ$
(E) $5 \angle 0^\circ$

74 Na análise de transferência de potência de uma fonte para uma carga, é bastante utilizado o circuito equivalente de Thévenin. Com base nesse pressuposto, podemos ajustar a resistência da carga (R_L) para obtermos a máxima transferência de potência. Conforme esse preceito, o valor da resistência de carga, em relação à resistência de Thévenin (R_{TH}), é de

- (A) $R_L = 0,5R_{TH}$
(B) $R_L = 1R_{TH}$
(C) $R_L = 2R_{TH}$
(D) $R_L = 3R_{TH}$
(E) $R_L = 5R_{TH}$

75 Considere os seguintes dados:

- Tensão nominal de linha (linha-Linha) de 13,8 kV
- Potência trifásica nominal do sistema igual a 10 MVA
- Impedância total do sistema de 0,85 pu

O valor aproximado da corrente de curto-circuito trifásica simétrico, em amperes, com base na impedância total do sistema até o ponto de falta, é de

- (A) 418,37.
(B) 492,20.
(C) 590,53.
(D) 850,50.
(E) 1.050,83.

76 O esquema de proteção para instalações elétricas envolve sua seletividade, exatidão e sensibilidade. Em relação a seletividade, é correto afirmar:

- I. Representa a rapidez de resposta da proteção.
- II. Garante a confiabilidade operativa.
- III. Representa a faixa de operação e não operação do dispositivo de proteção.
- IV. Sensibiliza a proteção para o valor máximo das correntes de curto-circuito.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) III, apenas.
(E) I e IV.

77 O cálculo da corrente de curto-circuito é necessário para a elaboração do projeto de proteção de uma instalação elétrica. Para este cálculo, é preciso conhecer a fonte de suprimento do curto-circuito, as formas de onda da corrente de curto e a potência do curto-circuito. Em relação a essas variáveis, é correto afirmar:

- I. Os transformadores de potência são as principais fontes de corrente de curto-circuito.
- II. A corrente assimétrica de curto-circuito é utilizada nos cálculos para determinação da capacidade dos equipamentos de suportar os efeitos térmicos do curto-circuito.
- III. Quando o curto-circuito ocorre longe da fonte de suprimento, a corrente alternada de curto-circuito permanece constante ao longo do período; neste caso, o valor eficaz da corrente inicial de curto-circuito é igual à corrente permanente.
- IV. A potência de curto-circuito, no instante do defeito, é nula.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) IV, apenas.
- (B) III e IV.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

78 Luminotécnica é o estudo das técnicas das fontes de iluminação artificial por meio da energia elétrica. Para se determinar a iluminação mais adequada a um determinado ambiente, é necessário o conhecimento das grandezas e unidades envolvidas. Em relação a estas grandezas e unidades, é correto afirmar:

- (A) Iluminância, grandeza cuja unidade é lux, representa a relação entre o fluxo luminoso incidente e a distância entre a fonte luminosa e a superfície a ser iluminada.
- (B) Fluxo luminoso, grandeza cuja unidade é lúmen, representa a potência de radiação emitida numa direção por um fecho de luz, capaz de estimular a retina ocular à percepção da luminosidade.
- (C) Luminância de uma fonte de luz, num ponto a caminho do fecho, provoca no olho do observador a sensação de menor ou maior claridade e sua unidade é cd/m^2 .
- (D) Intensidade Luminosa é a média da potência de radiação visível em todas as direções e sua unidade é candela.
- (E) Temperatura da Cor refere-se à tonalidade da cor emitida por uma determinada fonte de luz; a temperatura de cor baixa é considerada como fonte de luz fria e sua unidade é Kelvin.

79 Para o cálculo da iluminação, pode-se utilizar vários métodos, conforme o ambiente a ser iluminado e a atividade a ser desenvolvida nesse ambiente. É correto afirmar, a respeito dos métodos para cálculo da iluminação:

- (A) A utilização do conceito de nível de iluminância torna o projeto mais fácil de ser elaborado do que a utilização do conceito de luminância.
- (B) O cálculo da iluminação pelo método do Fluxo Luminoso emprega o Fator de Utilização, que é a relação entre a iluminância no plano de trabalho e a iluminância emitida pela fonte de luz.
- (C) O método das Cavidades Zonais é empregado em projeto de iluminação de áreas abertas.
- (D) O fator de depreciação utilizado no cálculo de iluminação, pelo método do Fluxo Luminoso, de áreas abertas iluminadas por projetores, é definido como a relação entre o fluxo luminoso recebido pela superfície de trabalho e o fluxo luminoso recebido pela superfície de trabalho quando a instalação é nova.
- (E) O método Ponto-por-Ponto, empregado para iluminação de áreas abertas, utiliza para seus cálculos a Curva Fotométrica da lâmpada.

RASCUNHO

80 A norma ABNT NBR 5410:2004 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão – prescreve que qualquer instalação deve ser inspecionada e ensaiada de forma a se verificar a conformidade com a norma. A respeito das recomendações prescritas pela norma, é correto afirmar:

- I. A inspeção visual é destinada a verificar se os componentes, quer sejam permanentes ou temporários, que constituem a instalação, estão conforme as normas aplicáveis.
- II. Recomenda-se que o ensaio de continuidade seja realizado com fonte de tensão apresentando tensão em vazio entre 4 V e 24 V, em corrente contínua ou alternada, e com uma corrente de ensaio de, no mínimo, 0,2 A.
- III. Durante o ensaio de resistência de isolamento, medida entre o condutor vivo e a terra, os condutores de fase e de terra não podem ser interligados.
- IV. A verificação da corrente de primeira falta, para esquemas de aterramento IT, não pode ser realizada por cálculo.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) II e IV.
- (B) II, apenas.
- (C) I e IV.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

81 Segundo a ABNT NBR 5674:2024, a implantação de um programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações é essencial para manter o nível de desempenho das instalações, além de proporcionar segurança aos seus usuários. Segundo a referida norma, o programa de manutenção deve considerar:

- I. Relatório dos ensaios e testes realizados.
- II. Reclamações dos usuários.
- III. Qualificação dos mantenedores.
- IV. A topologia e o local da edificação.

O enunciado é corretamente complementado com o(s) item(itens)

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e IV.

82 Danos devidos a descargas atmosféricas podem ser evitados, se as construções e equipamentos estiverem adequadamente protegidos por Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica (SPDA). Nesse sentido, a norma NBR 5419:2015-1 estabelece medidas de proteção e esclarece que:

- I. O roteamento da fiação é uma medida que aumenta o risco de falhas dos sistemas elétricos e eletrônicos.
- II. A proteção contra pulso eletromagnético deve limitar as sobretensões resultantes de acoplamento capacitivo.
- III. O SPDA é um sistema externo que evita as sobretensões decorrentes de descarga atmosférica na estrutura.
- IV. Uma ligação equipotencial pode ser executada por meio de dispositivos de proteção contra surtos (DPS).

O enunciado é corretamente complementado com o(s) item(itens)

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) IV, apenas.

83 O Sistema de Proteção Contra Descarga Atmosférica (SPDA) externo, segundo a norma NBR 5419:2015-3, é constituído por subsistema de captação, subsistema de descida e subsistema de aterramento. Em relação ao subsistema de aterramento, a norma afirma que:

(A) eletrodos adicionais, quando necessários, podem ser conectados ao eletrodo de aterramento em anel e devem ser localizados o mais próximo possível dos pontos onde os condutores de descida forem conectados.

(B) para subsistemas de aterramento, na impossibilidade do aproveitamento das armaduras das fundações, o arranjo a ser utilizado consiste em condutor em estrela, externo à estrutura a ser protegida.

(C) os componentes de um SPDA não podem ser fabricados em alumínio.

(D) o ensaio para medição de aterramento deve ser possibilitado através de conector, o qual é obrigatório, a ser instalado em caixa no solo, próximo ao eletrodo de terra, de modo que proporcione fácil acesso para realização de ensaio.

(E) as armaduras de aço interconectadas nas fundações de concreto, os cabos de aços de concreto protendido ou outras estruturas metálicas subterrâneas disponíveis podem ser utilizadas como eletrodos de aterramento, desde que sua continuidade elétrica seja garantida.

84 O Procedimento de Distribuição PRODIT Módulo 5 estabelece os procedimentos para instalação, operação e manutenção dos sistemas de medição de usuários que acessam instalações das distribuidoras de energia elétrica. Nesse módulo, é esclarecido que:

(A) não é admitida a utilização de sistemas encapsulados de medição a transformador a seco.

(B) o sistema de medição utilizado para faturamento de unidades consumidoras do Grupo B deve ser capaz de apurar, no mínimo, a demanda de energia ativa.

(C) é obrigação do usuário instalar e arcar com a responsabilidade técnica financeira pelos transformadores de potencial (TP) e de corrente (TC) que compõem o sistema de medição.

(D) para as unidades consumidoras que optarem pela modalidade de pré-pagamento, o sistema de medição deve, no mínimo, permitir a visualização da demanda de energia ativa.

(E) é facultado ao usuário solicitar ou efetuar a instalação de alimentação auxiliar em seu sistema de medição, desde que a fonte seja interruptível.

85 O Procedimento de Distribuição PRODIT Módulo 8 estabelece os padrões de qualidade no fornecimento de energia elétrica em relação ao produto e a serviços. Nesse módulo, é esclarecido que:

I. No caso de medições realizadas utilizando-se Transformador de Potencial (TP) com conexão do tipo V ou delta aberto, os limites permitidos para o valor do indicador $DTT_{395\%}$, devem corresponder a 50% dos valores limites das distorções harmônicas totais.

II. O desequilíbrio de tensão é o fenômeno caracterizado por diferença igual ou superior a 5%, verificada nas amplitudes entre as três tensões de fase de um determinado sistema trifásico, ou na defasagem elétrica de 120° entre as tensões de fase do mesmo sistema.

III. A determinação da qualidade da tensão do sistema de distribuição quanto à flutuação de tensão tem por objetivo avaliar o impacto nas cargas elétricas.

IV. O indicador de desequilíbrio de tensão a ser comparado com os limites é o $FD_{95\%}$, que representa o valor do Fator de Desequilíbrio de Tensão – $FD\%$ que foi superado em apenas 5% das 1.008 leituras válidas.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

(A) IV, apenas.

(B) I e IV.

(C) II e IV.

(D) I e II.

(E) II e III.

86 A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 estabelece regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, onde estão dispostos os direitos e deveres do consumidor. A Normativa apresenta as definições necessárias para compreensão das tarifas aplicadas ao consumidor. As definições descritas nessa Normativa afirma(m) que:

- I. Bandeiras tarifárias correspondem ao sistema que tem como finalidade sinalizar os custos atuais da geração de energia elétrica ao consumidor, por meio da tarifa de energia.
- II. Fator de potência é a relação entre a potência aparente e a potência útil.
- III. Ponto de Conexão é o ponto do ramal de alimentação onde é estabelecida a conexão da distribuidora com o consumidor.
- IV. Posto Tarifário é o local onde a medição é realizada para finalidade do faturamento de energia.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, apenas.
- (E) III apenas.

87 A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021, no seu artigo 311, estabelece critérios para um período de testes e ajustes, permitindo à unidade consumidora a adequação tarifária nas seguintes situações:

- I. A cada 12 ciclos consecutivos e completos de faturamento, desde que mediante solicitação fundamentada.
- II. Na mudança para faturamento aplicável à unidade consumidora do grupo A, cuja opção anterior tenha sido por faturamento do grupo B.
- III. Para enquadramento na modalidade tarifária horária azul.
- IV. Acréscimo de demanda, quando maior que 5% (cinco por cento) da contratada, durante 6 (seis) ciclos consecutivos e completos de faturamento.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) II e III.
- (B) I e IV.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) IV, apenas.

88 Sistema de Cabeamento Estruturado (SCE) é uma rede física de comunicação capaz de atender a vários tipos de aplicações, como sinais de voz, dados, imagem e controle predial ou industrial, permitindo a interligação entre diferentes pontos (estações de trabalho) de uma empresa, assim como entre estes e os serviços públicos de transmissão de dados e de telefonia. Esses sistemas são projetados atendendo a normas como a ABNT NBR 14565. O uso da norma facilita a padronização dos SCE, permitindo maior qualidade nos serviços. A referida norma afirma que:

- I. O ponto de consolidação permite conexão cruzada (*cross-connect*) e fica localizado no cabeamento primário.
- II. UTP (*unshielded twisted pair*) é um cabo de par trançado que auxilia no cancelamento de ruídos em circuitos desbalanceados.
- III. Distribuidor Secundário interliga o cabeamento *backbone* ao cabeamento horizontal.
- IV. O Distribuidor Geral de Telecomunicações (DGT) é conectado aos armários de telecomunicações através de cabeamento *backbone*.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

89 A Norma Regulamentadora 10 (NR-10) do Ministério do Trabalho e Emprego descreve risco como sendo a “capacidade de uma grandeza com potencial para causar lesões ou danos à saúde das pessoas”. A NR 10, no seu item 10.2.1, estabelece que, em todas as intervenções em instalações elétricas, devem ser adotadas medidas de controle do risco elétrico, de forma a garantir a segurança e a saúde no trabalho, onde

- (A) não faz parte do controle de risco em serviços em eletricidade outros fatores de riscos além do elétrico.
- (B) é necessária a adoção de medidas de controle de riscos em eletricidade, precedidas de análise de risco, usando metodologias como, por exemplo, a FMEA (Análise de Modos de Falha e Efeitos), com a qual se pode evitar danos aos equipamentos.
- (C) o desconhecimento do risco inerente aos serviços com eletricidade, muitas vezes, é decorrente da falta de formação profissional. Por esse motivo, é exigência da NR-10, a documentação da qualificação e da capacitação profissional, ambas comprovadas por instituição oficial de ensino.
- (D) os serviços em eletricidade devem ser executados preferencialmente com as instalações desligadas.
- (E) o comando remoto de um disjuntor de média tensão realizado por meio de botoeira, interruptor colocado em área livre e alimentado por baixa tensão, por exemplo, deve ser necessariamente realizado por profissional advertido, devido ao risco intrínseco da tensão de serviço.

90 A NR-10 estabelece medidas de controle dos riscos em instalações e serviços em eletricidade. Nesse sentido, a norma estabelece que:

- (A) as empresas estão obrigadas a manter as plantas baixas das instalações elétricas dos seus estabelecimentos atualizadas.
- (B) os estabelecimentos com carga instalada superior a 50 kW devem constituir e manter o Prontuário de Instalações Elétricas.
- (C) os documentos técnicos previstos no Prontuário de Instalações Elétricas devem ser elaborados por profissional legalmente capacitado.
- (D) em todos os serviços executados em instalações elétricas, devem ser previstas e adotadas, prioritariamente, medidas de proteção individual.
- (E) o projeto elétrico, na medida do possível, deve prever a instalação de dispositivo de seccionamento de ação simultânea, que permita a aplicação de impedimento de reenergização do circuito.

91 Segundo a NR-10, “as instalações elétricas devem ser construídas, montadas, operadas, reformadas, ampliadas, reparadas e inspecionadas de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores e dos usuários, e serem supervisionadas por profissional autorizado”. Em relação aos serviços em eletricidade, a norma estabelece que

- (A) os serviços no Sistema Elétrico de Potência (SEP) podem ser realizados individualmente.
- (B) os equipamentos, dispositivos e ferramentas que possuam isolamento elétrico devem estar adequados às tensões envolvidas e ser inspecionados e testados anualmente.
- (C) as intervenções em instalações elétricas com tensão igual ou superior a 50 Volts em corrente alternada ou superior a 120 Volts em corrente contínua somente podem ser realizadas por trabalhadores qualificados ou capacitados, habilitados e com autorização da empresa.
- (D) é considerado profissional qualificado para serviços em eletricidade aqueles que comprovarem capacitação profissional.
- (E) a sequência de desligamento seguro para serviços em instalações elétrica é: (1) seccionamento; (2) constatação da ausência de tensão; (3) impedimento de reenergização; (4) instalação de aterramento temporário; (5) instalação da sinalização de impedimento de reenergização.

92 Os procedimentos de trabalho em instalações elétricas e serviços em eletricidade estão descritos na NR-10. Nesse item, a norma prescreve que

- (A) os procedimentos de trabalho, o treinamento de segurança e saúde e a autorização dos trabalhadores devem ter a participação, em todo o processo de desenvolvimento, do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT, quando houver.
- (B) os serviços em instalações elétricas devem ser precedidos de ordens de serviço específicas, aprovadas por trabalhador qualificado, contendo, no mínimo, o tipo, a data, o local e as referências aos procedimentos de trabalho a serem adotados.
- (C) os procedimentos de trabalho devem conter, no mínimo, objetivo, competências e responsabilidades e medidas de controle.
- (D) toda equipe deverá ter, pelo menos, dois de seus trabalhadores em condições de exercer a supervisão e a condução dos trabalhos.
- (E) os trabalhadores capacitados devem estar aptos a executar o resgate e prestar primeiros socorros a acidentados, especialmente por meio de reanimação cardiopulmonar.

93 Nos serviços terceirizados, a empresa que contrata (contratante) é solidária à contratada (terceirizada) e, portanto, também responde pela segurança dos trabalhadores terceirizados. Das responsabilidades tratadas na NR-10, é correto afirmar que

- (A) cabe ao trabalhador comunicar, a qualquer momento, ao responsável pela execução do serviço, as situações que considerar de risco para a sua segurança e saúde e a de outras pessoas.
- (B) é de responsabilidade da contratada manter os trabalhadores informados sobre os riscos a que estão expostos.
- (C) cabe à contratada, na ocorrência de acidentes de trabalho envolvendo instalações e serviços em eletricidade, propor e adotar medidas preventivas e corretivas.
- (D) é de responsabilidade da contratante instruir os trabalhadores quanto aos procedimentos e às medidas de controle contra os riscos elétricos a serem adotados.
- (E) as empresas contratadas devem promover ações de controle de riscos em instalações elétricas da contratante e oferecer, a qualquer momento, denúncia aos órgãos competentes.

94 Os acidentes de origem elétrica, de que trata a NR-10, e suas causas devem ser analisados criteriosamente para determinar as medidas de controle de risco, ações preventivas e correções necessárias. Acidentes de origem elétrica, suas causas e controles citados na NR-10 também são descritos na NBR 5410:2004, com base nas quais é correto afirmar que:

- I. A tensão induzida é uma fonte de acidente de origem elétrica.
 - II. O uso de equipamento de proteção individual (EPI) não evita acidentes de origem elétrica.
 - III. A equipotencialização é um exemplo de proteção básica contra contatos diretos e indiretos.
 - IV. A equipotencialização impede o aparecimento de tensões de contato perigosas, tornando desnecessária a instalação do seccionamento automático, que promove o desligamento do circuito em que se manifesta a tensão de contato perigosa.
- (A) III e IV.
 - (B) I, apenas.
 - (C) II e III.
 - (D) II, apenas.
 - (E) II e IV.

95 O Gerenciamento de Projetos, descrito pelo Guia PMBOK, pode ser dividido em áreas: integração, escopo, tempo, custo, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos e aquisições. O gerenciamento de integração é descrito pelo PMBOK como responsável por

- (A) monitorar os resultados específicos do projeto.
- (B) criar a Estrutura Analítica do Projeto (EAP).
- (C) acompanhar o desempenho de membros das equipes, para melhorar o desempenho do projeto.
- (D) desenvolver a declaração de escopo preliminar do projeto, que fornece uma declaração de alto nível do escopo.
- (E) coletar e distribuir relatórios de andamento do projeto.

96 As principais funcionalidades dos aplicativos computacionais para gerenciamento de projetos incluem ferramentas como Programação das Tarefas, Diagrama de Gantt, gráficos de Estrutura Hierárquica de Recursos (RBS - *Resource Breakdown Structure*), gráficos WBS e Técnica de Avaliação e Revisão de Programas (PERT - *Program Evaluation Review Technique*). Sobre os aplicativos computacionais e suas funcionalidades para o gerenciamento de projetos, é correto afirmar que:

- I. O Excel é uma planilha eletrônica cuja função básica é efetuar operações matemáticas, fazer projeções e elaborar gráficos. Sua principal vantagem é a possibilidade de fazer referências a células de outras pastas de trabalho (referências externas) e a dados de outros aplicativos (referências remotas).
- II. *MS Project* é um aplicativo computacional de Gerenciamento de Projetos produzido pela Microsoft, cujo modo padrão de visualização (*default*) é o Diagrama de Rede.
- III. *OpenProj* é um aplicativo computacional para gerenciamento de projetos de código aberto que pode ser executado em conexão à Internet e que dispensa sua instalação no computador do usuário (*web-based*).
- IV. O Gráfico de Gantt é uma ferramenta computacional normalmente desenvolvida nos aplicativos de gerenciamento de projeto, onde é possível determinar o tempo mínimo para realização do projeto.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III.
- (D) III, apenas.
- (E) I e IV.

97 Na administração pública, o desempenho das atividades de fiscalização de projetos e obras são diferentes da iniciativa privada. Isso ocorre pela necessidade de preparação de contratação, respaldada por normativas legais específicas, e de publicação do resultado em um edital. Em relação às normativas legais para contratação pública, é correto afirmar:

- I. O edital é o instrumento obrigatório que norteará a relação entre a Administração Pública e a proponente (dos serviços), e dele fará parte a minuta do contrato, como um dos seus anexos, quando das modalidades de licitação Concorrência e Tomada de Preços, ou Dispensa de Licitação e Carta-Contrato.
- II. Termo de Referência é o documento que definirá o escopo do objeto do contrato quando da licitação na modalidade pregão, incluindo os serviços comuns de engenharia. Nas modalidades definidas pela Lei nº 8.666/1993, para a licitação de obras, tal documento é o Projeto Básico.
- III. Os contratos administrativos são contratos cujas cláusulas são estabelecidas bilateralmente entre a Administração Pública e o Contratado.
- IV. A minuta de Contrato é o documento que servirá ao esclarecimento sobre quaisquer controvérsias que venham a ocorrer durante o período do contrato.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) IV, apenas.

98 O fiscal de obra pública deve possuir formação técnica e tem responsabilidade técnica, ético-profissional, civil, penal, trabalhista, além das responsabilidades objetivas e subjetivas da Administração Pública. Na fiscalização de um projeto, ou de uma obra, o profissional deve ter o controle da qualidade do serviço prestado (ou produto fornecido), podendo contar, para tanto, com uma assessoria. Considerando o exposto, é correto afirmar que:

- (A) a realização de vistoria da obra pode ser facultativa.
- (B) a justificativa da contratação de uma assessoria à fiscalização, no caso de uma obra da construção civil, é o fato de o fiscal do contrato poder contar com representante no local da obra, em tempo integral.
- (C) a fiscalização de obras públicas é realizada por servidor fiscal de contrato, que deve ser um profissional habilitado na área de engenharia ou arquitetura.
- (D) uma das questões mais importantes a serem observadas pelo fiscal de uma obra é a característica técnica dos materiais empregados na sua execução. Essas características devem estar perfeitamente definidas no seu projeto, especialmente no seu Caderno de Detalhamento.
- (E) o fiscal e a contratada devem ter claro o conceito quanto à similaridade dos materiais. Esse critério de similaridade deve estar precisamente definido na minuta do contrato, para que seja possível a legitimidade na sua cobrança, quando da sua execução, sendo que a similaridade por equivalência tem seu uso autorizado pelo fiscal da obra através de celebração de termo aditivo.

99 O orçamento é o elemento que possibilita a formação do preço de venda do objeto de contrato sendo classificado conforme o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Portaria Segecex nº 33, de 7 de dezembro de 2012. Sua elaboração envolve o levantamento de custos de elementos inerentes ao projeto em cada uma de suas fases. O Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP), por sua vez, através da sua Orientação Técnica IBR nº 004/2012, apresenta diferentes tipos de orçamento, de acordo com a fase do projeto. Em relação aos diferentes tipos de orçamentos e à sua elaboração, é correto afirmar que:

- (A) o projetista deve fornecer dados para o profissional responsável pelo orçamento (chamado de orçamentista). O orçamentista deve elaborar documentos com memoriais quantitativos e planilhas orçamentárias, a serem apresentados no projeto.
- (B) de acordo com o TCU, os orçamentos de obra podem ser classificados em “preliminar” e “detalhado”.
- (C) de acordo com a Orientação Técnica IBR nº 004/2012, o orçamento detalhado ou analítico (orçamento base da licitação) é elaborado na fase do Projeto Básico, com uma faixa de precisão de 10%.
- (D) os orçamentos preliminares podem ser feitos com base em custos históricos, índices, gráficos, estudos de ordens de grandeza, correlações ou comparação com projetos similares.
- (E) o orçamento detalhado pressupõe o levantamento de quantidades e requer pesquisa de preços dos principais insumos e serviços. O orçamento detalhado é elaborado para que a execução do projeto de engenharia seja contratada.

100 É parte integrante da entrega da obra (projeto executado), a documentação técnica da obra. Observa-se que grande parte da documentação será produzida ao longo da obra, em particular, porque o processo licitatório para uma obra pode ser feito tendo-se apenas o Projeto Básico do objeto a ser construído. No decorrer da obra, com as sucessivas complementações de projetos, novas versões da documentação passam a circular na obra, exigindo adoção de um sistema de gestão de documentos para garantir a integridade e qualidade da documentação a ser disponibilizada na entrega da obra. A respeito desse assunto, é correto afirmar que:

- (A) não existe a possibilidade de que o Projeto Executivo seja desenvolvido concomitantemente à obra.
- (B) na busca de soluções técnicas no decorrer da execução da obra, é permitida alteração conceitual do Projeto Básico.
- (C) as alterações de parte do projeto ocorrem quando o Projeto Básico não traz quantidade de informações suficientes para uma determinada instalação, por conta da sua tecnologia e/ou do modelo de equipamentos que serão adotados na obra e definidos somente no momento da compra.
- (D) as alterações de parte do projeto e complementações devem ser consideradas na documentação de entrega do projeto como “*as built*” (como construído).
- (E) o registro da execução da obra em nível de “*as built*” (como construído) tem a função de registrar a modificação sofrida pelo objeto construído no momento da sua execução.